



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO FRIO - PI
Rua Jensonney Mascarenhas, S/Nº - Centro.
Ed. Vereador Jerônimo Castro Morgado
CEP: 64.975-000 - Riacho Frio - PI.
CNPJ: 04.254.784/0001-35

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR(A) PROCURADOR(A) FEDERAL, DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NO MUNICÍPIO DE CORRENTE, ESTADO DO PIAUÍ

ADELAIDE BENVINDO MASCARENHAS NETA SAMPAIO (PSD), ÉVERSON XAVIER DE CASTRO (PC DO B), JÂNIO CÉSAR DE ARAÚJO (PSD), JOSÉ ANTÔNIO FILHO (PPS), MARCELO ALVES DE SOUZA (PTB), SUELANE MARTINS DA CUNHA (PSDB), NELTON BEMBÉM CORDEIRO (PSB), PAULO ROBERTO LUSTOSA DIAS (PR) e WALMERI NOGUEIRA RODRIGUES (PMDB), todos (as) vereadores (as) da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIACHO FRIO - PI, exercendo o papel de fiscais de lei, vêm respeitosamente à ilustre presença de Vossa Excelência, oferecer DENÚNCIA ao Ministério Público Federal, com fulcro no art.129, III e VI da Constituição Federal de 1988 c/c art.53 da Lei Orgânica do Município de Riacho Frio c/c art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho Frio - PI, para apuração de POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA e posterior propositura de MEDIDAS CABÍVEIS contra o Prefeito do Município de Riacho Frio-PI, o Sr. Adalberto Gerardo Rocha Mascarenhas, brasileiro, casado, com endereço na Rua Antônio Mascarenhas, Centro, Município de Riacho Frio - PI, CEP 64975-000, sede da Prefeitura Municipal de Riacho Frio-PI, pelos motivos de fato que passamos a expor:

I - DOS FATOS

Sabemos que, as entidades e órgãos públicos devem divulgar informações de interesse coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista em texto legal. Consequentemente, isto deveria ser feito através de todos os meios disponíveis e, obrigatoriamente, em sítios da internet. Assim, corrobora-se a necessidade dos Municípios e, por exemplo, em criarem e manterem seu chamado "Portal da Transparência" para garantir a efetividade das referidas normas quanto à fiscalização e o cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência - e a efetivação do princípio da publicidade inserto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, esta CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, vem informar que o PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO-PI, sítio eletrônico <http://publica.hopto.org:5656/PMRIACHOFRIO/> é apenas uma "plataforma vazia" (A, onde o cidadão encontra links que não estão disponíveis para consulta (sem registro ou arquivos corrompidos).

De tal modo, a transparência dos atos administrativos do Poder Executivo Municipal, torna-se inviável por meio desta ferramenta, uma vez que deveria ser assegurado a inserção atualizada e em tempo real dos dados previstos nos mencionados diplomas legais como controle social.

Ocorre que, Nobre Procurador, que esta Casa Legislativa, no uso de suas atribuições, recebe constantemente reclamações da população de Riacho Frio-PI, expõem que não tem conhecimento suficiente do orçamento, dos gastos, dos convênios, dos processos licitatórios, da informação quanto aos salários dos servidores, ou melhor, o princípio da publicidade não é cumprido na atuação do Poder Executivo Municipal.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO FRIO - PI
Rua Jensoney Mascarenhas, S/Nº - Centro.
Ed. Vereador Jerônimo Castro Morgado
CEP: 64.975-000 - Riacho Frio - PI.
CNPJ: 04.254.784/0001-35

Importante destacar, que o núcleo central desta iniciativa fiscalizadora/representação se justifica quanto ao descumprimento legal em reflexo à matéria apresentada, uma vez que ao se tratar da importância do princípio da publicidade, o qual também se materializa por meio da participação e do controle social, consubstanciado no acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas, como direito fundamental do cidadão e dever do Estado, inscrito na Constituição da República e regulamentado pela Lei nº 12.527, de 18.11.2011

II – DOS PEDIDOS

Diante do caso concreto, É CLARIVIDENTE, a violação direta ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, uma vez que a inércia do Poder Executivo Municipal busca trazer vantagens para os seus agentes políticos, sendo uma flagrante desobediência aos princípios norteadores da Administração Pública, portanto, requeremos a intervenção dos órgãos de controle externo, perante os fatos arguidos.

ISTO POSTO, esta Casa Legislativa Municipal, requer que **URGENTEMENTE**, ao Procurador(a) Federal, no uso de suas atribuições, notifique o Prefeito Municipal de Riacho Frio-PI, o Sr. Adalberto Gerardo Rocha Mascarenhas, para, querendo, apresentar a sua defesa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e, após oitiva do MPF, que sejam tomadas as medidas cabíveis em prol da POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO-PI.

Requer, igualmente, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, bem como quaisquer outras providências que esta Procuradoria, julgue necessárias à perfeita resolução do feito vertente.

Nestes termos, aguardamos as devidas providências.

Riacho Frio-PI, 19 de fevereiro de 2020.

Adelaide B. M. Neta Sampaio
ADELAIDE BENVINDO M. NETA SAMPAIO (PSD)
Vereadora

Marcelo Alves de Souza
MARCELO ALVES DE SOUZA (PTB)
Vereador

Everson Xavier de Castro
ÉVERSON XAVIE DE CASTRO (PC DO B)
Vereador

Suelane Martins da Cunha
SUELANE MARTINS DA CUNHA (PSDB)
Vereadora

Jânio César de Araújo
JÂNIO CÉSAR DE ARAÚJO (PSD)
Vereador

Nelton Bembém Carneiro
NELTON BEMBÉM CARDEIRO (PSB)
Vereador

Paulo Roberto Lustosa Dias
PAULO ROBERTO LUSTOSA DIAS (PR)
Vereador

José Antônio Filho
JOSÉ ANTÔNIO FILHO (PPS)
Vereador

Walmere Nogueira Rodrigues
WALMERI NOGUEIRA RODRIGUES (PMDB)
Vereador

Adalberto Gerardo Rocha Mascarenhas